

EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA: Realidades e Desafios

Luciana Batista de Matos¹
Arlete Ramos dos Santos²

RESUMO: Este trabalho tem como finalidade investigar como a Educação Especial é implementada nas escolas do campo no município de Itapetinga, na Bahia, buscando compreender o processo de ensino e aprendizagem das crianças com necessidades especiais nesse contexto específico. A escolha deste tema surgiu da minha experiência de observação em escolas do campo de Itapetinga, realizada como parte de um projeto para a disciplina de políticas públicas, que tinha como objetivo compreender as dificuldades enfrentadas na educação do campo. Durante esse período, tive a oportunidade de interagir diretamente com as crianças, o que despertou meu interesse pela cultura local e pelos projetos pedagógicos da escola. A observação do trabalho dos professores contribuiu significativamente para que eu compreendesse a importância da inclusão no processo educativo, especialmente para crianças com necessidades especiais, aspecto essencial para a construção de uma sociedade justa e democrática. A exclusão dessas crianças não ocorre por acaso, mas resulta de práticas estruturadas por grupos sociais que historicamente silenciam e suprimem os direitos dos mais vulneráveis, visando mantê-los subordinados. Ao longo da história, esses grupos têm tratado indivíduos com deficiências como “seres insignificantes”, incapazes de contribuir para o desenvolvimento social. Exemplos desse tratamento podem ser observados em diversos períodos históricos. Na Grécia Antiga, por exemplo, pessoas com necessidades especiais eram frequentemente abandonadas para morrer, uma vez que a sociedade grega valorizava o ideal de um corpo perfeito. Conforme Paul Veyne (2019), as crianças com necessidades especiais eram tratadas com indiferença, sendo excluídas do convívio social. Outro caso extremo ocorreu na Alemanha nazista, em 1939, com o programa de eutanásia (Aktion T4), implementado por Adolf Hitler. Sob a alegação de que pessoas com deficiências físicas ou mentais eram “inúteis” para a sociedade, o regime nazista conduziu uma política de extermínio, usando injeções letais e câmaras de gás para eliminar esses indivíduos, negando-lhes o direito à vida. Como explica o historiador Robert Jay Lifton (1986), esse programa demonstrou um dos extremos da desumanização, refletindo o preconceito institucionalizado. Esses exemplos históricos revelam a crueldade com que a humanidade tratou pessoas com limitações físicas e mentais, especialmente em épocas

¹ Graduanda em Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* Vitória da Conquista, Bahia. E-mail: 202020200@uesb.edu.br

² Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia no Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGE/UESB) e da Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação do Campo, Políticas Educacionais, Educação de Jovens e Adultos, Movimentos Sociais do Campo e Plano de Ações Articuladas (PAR), Pandemia. Desenvolve pesquisas sobre o PAR e a BNCC, e os Reflexos da Pandemia. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade (Gepemdecc/CNPq), Coordenadora da Rede Latino-americana de Pesquisa em Educação do Campo, Cidade e Movimentos Sociais - RedePECC-MS. Coordenadora do Programa Formação de Educadores do Campo - Formacampo/UESB. Membro da Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública (REDAP). Pesquisadora do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), no GT Capitalismo digital. Bolsista Produtividade em pesquisa do CNPq Nível 2. E-mail: arlep@hotmail.com

marcadas por atitudes egocêntricas e impiedosas. Hoje, é responsabilidade da sociedade e das autoridades combater essas práticas e reverter as injustiças acumuladas ao longo dos séculos, aprendendo com a história para evitar a repetição desses erros. Apesar dos avanços nas legislações que garantem o acesso das pessoas com deficiência à rede regular de ensino, o preconceito ainda persiste tanto no ambiente escolar quanto nas próprias famílias. Uma pesquisa recente da revista Nova Escola (2023) mostra que 58% do preconceito contra estudantes com necessidades especiais vem de outros alunos, enquanto 32% parte dos próprios familiares. Esse cenário reforça a importância da formação continuada dos professores, capacitando-os para atuar na educação especial e adotarem posturas adequadas diante de situações de preconceito. Para avançarmos neste estudo, é necessário entender as diferenças entre educação do campo e educação rural. A pesquisadora Santos (2017) destaca que a educação do campo é originada dos movimentos sociais e das lutas dos trabalhadores rurais, enquanto a educação rural é um projeto do sistema capitalista, voltado para manter a hegemonia e a divisão de classes, principalmente por meio do agronegócio. Neste contexto, valorizar a herança cultural e compreender a realidade dos alunos das escolas do campo se torna fundamental para promover um desenvolvimento mais inclusivo. Além disso, segundo o Art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96), é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Essa lei reforça a responsabilidade das políticas de educação do campo em assegurar os direitos das pessoas historicamente excluídas. Este trabalho tem como objetivo geral analisar a implementação da Lei 9.394/96, especialmente no que diz respeito à oferta e garantia de acesso e permanência dos alunos com necessidades especiais na educação do campo. A partir dessa proposta, foram definidos os seguintes objetivos específicos: contextualizar a educação especial nas escolas do campo; compreender a implementação da Lei 9.394/96; e analisar as opiniões dos professores sobre essa legislação. A pesquisa será realizada nas escolas do campo de Itapetinga (BA), adotando uma abordagem qualitativa, que, conforme Brandão (2001), busca interpretar os significados que as pessoas atribuem às suas experiências e ao seu entendimento do mundo social. Os dados serão coletados por meio de questionários direcionados aos professores que atendem alunos com necessidades especiais nas escolas do campo de Itapetinga. Segundo Gil (1999), o questionário é uma ferramenta eficaz na coleta de dados, pois capta informações baseadas nas percepções dos participantes, integrando aspectos culturais, modos de vida e questões sociais. Este trabalho ainda está em fase inicial, pois se trata de um pré-projeto de pesquisa que será desenvolvido e ampliado para minha monografia. Embora não apresente ainda resultados finais, considero de suma importância ressaltar que pesquisas como esta visam reivindicar os direitos de minorias, demonstrando ao Estado a existência e a necessidade de atendimento adequado a essa população.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial; Educação do Campo; Educação Inclusiva; Políticas públicas; Movimentos Sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei n.º 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 16 de mar. 2023

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGRONEGÓCIO: TERRITÓRIO DE DISPUTAS. (2017).
Educação Em Revista, 18(2), 71-91. <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2017.v18n2.06.p71>
Acesso em: 14 jul.2024.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIFTON, Robert Jay. *The Nazi doctors: medical killing and the psychology of genocide*.
New York: Basic Books, 1986.

PORTAL EDUCAÇÃO. *Alunos com deficiência: aulas*. 2023. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21685/alunos-com-deficiencia-aulas> . Acesso em: 14 jul. 2024

VEYNE, Paul (Org.). *A história da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo:
Companhia das Letras, 2009.